

Considerações sobre a relação dos surdos com a linguagem: dos primórdios à contemporaneidade

Considerations on the relationship of the deaf and language: from beginning to the present

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro^a

Resumo: A partir dos *Estudos Surdos*, este artigo aborda, em uma perspectiva linguístico-histórica, as formas de se conceber o surdo e a sua relação com a linguagem, da Antiguidade aos tempos atuais. Devido em grande medida a descobertas científicas sobre as línguas de sinais, a imagem social da surdez vem sendo reconstruída. De amaldiçoados por Deus, os surdos passaram a ser considerados *minorias linguísticas e sociais*, pois é sabido, atualmente, que as línguas de sinais são línguas genuínas e naturais, estruturadas e multiarticuladas, como as orais. Veremos que, atualmente, duas são as principais formas de se abordar a surdez na contemporaneidade: a primeira, oriunda do domínio clínico-terapêutico e, a segunda, do linguístico-antropológico. A filiação a uma ou a outra concepção determinará se, ao falar de surdos, estaremos tratando de sujeitos deficientes, sobre os quais exercemos um poder administrativo e atribuímos uma visão normalizadora, ou se estamos falando de um *povo específico*, com língua, cultura e identidade próprias.

Palavras-Chave: Surdez. Linguagem. História. Língua de Sinais. Cultura. Identidade

Abstract: From the *Deaf Studies*, this paper focuses on a linguistic-historical perspective approach, ways of conceiving the deaf and their relationship to language from antiquity to modern times. Due largely to scientific discoveries about sign languages, the social image of deafness has been rebuilt. From cursed by God, the deaf are now considered to be part of *social and linguistic minorities*. Nowadays there are two main ways of approaching deafness: the first from the clinical and the therapeutic areas and the second from the linguistic-anthropological areas. Membership to one or another approach will determine whether, in speaking of the deaf, we are dealing with disabled individuals, on whom we exercise administrative powers and assign a normative vision; or dealing with *specific people*, with language, culture and identity

Key words: Deafness. Language. History. Sign Language. Culture. Identity

^a Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Professora da Universidade Estadual de Montes Claros.

INTRODUÇÃO

Eu tive de passar por muita coisa para ter identidade própria, a de ser surda, tive de lutar, combater para chegar aqui, antes eu era mais como “cópia de ouvinte”, muito submissa no poder dos ouvintes, estas histórias de ouvintes que acham que ali e aquilo é certinho para o surdo, por exemplo, é preciso falar bem e ler lábios para ter o mesmo “patamar” que os ouvintes [...]. (Depoimento de uma surda militante.^b)

Nas últimas décadas, assistimos à reinvenção da surdez: de sujeitos deficitários, os surdos passaram a ser considerados sujeitos linguística e culturalmente específicos. De modo geral, um fenômeno de alguma forma recente pode ser observado nas universidades brasileiras: pesquisar fenômenos relativos à surdez já não é privilégio das Ciências da Saúde. O interesse pelo povo surdo chegou às Ciências Humanas, valendo-se aqui de uma riqueza transdisciplinar que ressignifica sujeitos, contextos e processos. Ressignificados em uma área outra do conhecimento, acreditamos que a preocupação com os surdos ultrapassa agora as fronteiras da Educação *stricto-sensu*, primeira área das Ciências Humanas a se preocupar com tais sujeitos, fazendo crescer a incidência de pesquisas sobre os surdos em todas as áreas das chamadas Humanidades, entre elas, sobretudo, as Ciências da Linguagem.

Pode-se dizer que dois eventos contribuíram para esta conquista: o primeiro, de cunho social, sobreveio dos questionamentos, das reivindicações e da união da própria comunidade surda que, a partir do *Movimento Surdo*, fez-se visível e audível. O segundo, de cunho acadêmico-científico, iniciou-se pela constatação científica de que as línguas de sinais são *sistemas linguísticos completos e multiarticulados*, tendo sua continuidade no surgimento dos *Estudos Surdos*^c e nas suas novas formas de se conceber o povo surdo nas ciências humanas.

Como resultado, vemos que o entendimento acerca da surdez vem se renovando ao logo do tempo. Surdos já não vivem mais recatados, enclausurados em escolas especiais, longe dos olhos e da consciência da sociedade. Hoje, eles estão ao nosso lado, nas escolas e nos empregos, na política e na arte e ainda vão além: produzem uma arte própria e se engajam em movimentos políticos voltados para o reconhecimento do grupo. E a integração dos surdos nos diversos segmentos sociais parece coincidir, justamente, com o fortalecimento político da comunidade surda, uma vez que a coesão do grupo promove a inclusão social. Apesar da aparente contradição (entre a coesão e a dispersão do grupo), é possível afirmar que quanto mais fortalecidos e unidos enquanto grupo, mais considerados e respeitados os surdos são enquanto cidadãos.¹

Este estudo apresenta um plano panorâmico, apesar de sucinto, sobre as formas de se conceber os surdos, sua história, educação e relação com a linguagem, dos primórdios aos tempos atuais. A partir daí, busca-se entender as ressonâncias desses desdobramentos históricos na contemporaneidade, focalizando as diferenças de abordagem entre uma concepção clínica-terapêutica e linguístico-antropológica de surdez. Metodologicamente, pretende-se, a partir de uma abordagem reflexiva, delinear cronologicamente a constituição de duas diferentes concepções de surdez. Valeremo-nos, aqui, sobretudo, das contribuições de autores como Lodi (2005),² Perlin (1998)³, Skliar (1999)⁴ e Souza (1998),⁵ notadamente produtivos e engajados no chamado Movimento Surdo.

REVISÃO DE LITERATURA

Primeiras abordagens: da teologia à ciência

Ao longo da história, a surdez tem sido vista e conceituada de diferentes maneiras. Da Antiguidade aos tempos atuais, a concepção de surdez vem sofrendo

b Disponível em: <http://reocities.com/Hotsprings/7455/patricia.html>. Acesso em junho de 2008.

c Os Estudos Surdos são compreendidos como uma área interdisciplinar de estudos que tem como grande área os Estudos Culturais. Estabelece-se, de maneira ampla, como um percurso teórico que estuda, nas comunidades de surdos, questões de ordem linguística, educacional, histórica, comunicacional e política, entre outras.

alterações e constantes revisões. Na contemporaneidade, essa noção costuma ser (re)definida e (re)interpretada a partir do campo de conhecimento em que é abordada e da perspectiva teórica assumida, determinando escolhas, rejeições ou reformulações.

Na Antiguidade, acreditava-se que o pensamento era possibilitado e organizado pela fala. Filósofos da Idade Clássica, como Aristóteles, acreditavam que, para atingir a consciência humana, os objetos deveriam ser conhecidos a partir dos órgãos do sentido, sendo a audição o canal mais importante para o aprendizado. Era comum, naquela época, a crença de que o pensamento era possibilitado e organizado pela fala.⁶ A ausência dela, em um mundo teocêntrico, caracterizava os surdos como seres desprovidos de pensamento e, portanto, amaldiçoados por Deus. Surdos viviam, assim, trancafiados como bichos. Os poucos registros da Antiguidade que abordam a surdez⁷⁻⁸ e que chegaram aos nossos dias fazem referência prioritária a “curas” inexplicáveis ou milagrosas que, subitamente, devolviam a condição de “humanidade” aos que não ouviam.

Na Idade Média os surdos ainda não possuíam direitos legais: não podiam votar, se casar, adquirir bens ou heranças. Eram tratados como incapacitados e considerados inaptos a receber educação. Além disso, a Igreja Católica acreditava que eles não possuíam alma imortal, uma vez que eram incapazes de proferir os sacramentos. Assim, eram tomados como seres mundanos, infra-humanos, impossíveis de aprender e viviam excluídos de todos os processos sociais.⁵

Se a pré-história corresponde ao período da história que antecede a invenção da escrita, talvez o breve relato acima possa ser caracterizado como “a pré-história da surdez”, ou seja, o período que antecede ao reconhecimento dos surdos como seres humanos, passíveis de serem educados. Como vimos, até a idade média não há registros que abordem os surdos de maneira ampla e diversificada, mas, sim, uma homogeneização quanto à condição de subumanidade que era atribuída aos que não ouviam.

A possibilidade de instruir e educar pessoas surdas surgiu a partir do início da Idade Moderna.⁵

Nessa época, o nascimento de surdos na nobreza passa a ser a força motriz dos primórdios da educação de surdos: contrários a preceitos médicos e religiosos das épocas, que diziam que surdos não tinham aptidão para linguagem, alguns professores se dispuseram, mesmo assim, a educá-los, e isso pode ser considerado, na conjuntura da época (século XVI), um expressivo avanço.

No entanto, poucos são os registros desses primórdios, pois era comum, na época, manter em sigilo o modo como essa educação era conduzida. Além disso, os professores trabalhavam isoladamente e não trocavam experiências. Conta-se que Heinicke,⁸ por exemplo, importante educador alemão que foi professor de surdos, costumava dizer que ninguém conhecia o seu método de educação, com exceção do seu filho. Alegava ter passado por tantas dificuldades sozinho que não pretendia dividir as conquistas do seu método com ninguém. Dessa maneira, muito foi perdido e pouco dos primórdios da educação de surdos pôde ser reconstituído. Mas é a partir dessa época que se começa a admitir que os surdos podem aprender através de procedimentos pedagógicos adequados, sem que haja interferências sobrenaturais, como a “cura” súbita da surdez.

Muitos autores, como Shánces (1990)⁹ e Lane (1998)⁷, fixam como marco fundador da educação de surdos o trabalho desenvolvido pelo monge beneditino espanhol Pedro Ponce de Leon, no século XVI. Diversos eram os métodos de ensino utilizados pelos primeiros professores de surdos. Tais métodos variavam quanto à maior ou menor utilização de métodos visuais, como a datilografia (representação manual das letras do alfabeto) e alguns sinais da língua de sinais nativa da região. Porém, o principal objetivo da maioria desses professores, como Pedro Ponce de Leon, era o desenvolvimento da fala, uma vez que era prevista a possibilidade de o surdo adquirir direitos legais, respondendo por si próprio e podendo administrar negócios e heranças, se pudesse se comunicar pela fala e/ou pela escrita.⁵ O trabalho de Leon não apenas influenciou profundamente métodos posteriores, como desestabilizou os argumentos médicos e religiosos da época sobre a incapacidade dos surdos

para o desenvolvimento da linguagem e, portanto, para toda e qualquer aprendizagem⁶.

No século XVIII, escolas públicas especializadas em educar surdos começaram a ser fundadas, como, por exemplo, o *Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris*, primeira escola pública para surdos na Europa, fundada pelo abade Charles Michel de l'Épée.⁵ Nesse período, sem contar ainda com o reconhecimento linguístico das línguas de sinais (LS), o treino da fala era considerado como “metodologia de ponta” na educação de surdos. Atualmente, contudo, o treino da fala é visto com criticidade pelos surdos – e com desaprovação pelos educadores, pois constatou que i) os surdos têm uma língua própria, completa e rica, a Libras; ii) atividades de fala e escrita são dissociáveis na educação. Mais especificamente: o treino daquela pode prejudicar o desenvolvimento desta, no espaço escolar.

L'Épée reconheceu que os surdos possuíam uma forma de comunicação eficaz e que a linguagem utilizada por eles poderia ser útil no processo de instrução. No entanto, consoante às ideias linguísticas e filosóficas de sua época, o abade acreditava que seria preciso, primeiramente, organizar e dotar de lógica a língua dos surdos de Paris, imputando-lhe regras claras e elementos faltantes, com base na gramática da língua francesa, considerada como o centro organizador.

Dessa forma, ele criou os “sinais metódicos”, como ficou conhecido o (des)arranjo de L'Épée na língua dos surdos parisienses. Grosso modo, o abade submeteu àquela língua de sinais à gramática da língua francesa, considerada completa e melhor, criando sinais “faltantes” (como conectivos e flexões) e inventando elementos morfológicos capazes de, a partir da segmentação de determinados sinais, originar outros. O fim último seria o de conferir aos surdos a capacidade de compreender o mundo a partir dessa linguagem artificial, que deveria ser compreendida e traduzida em escrita. L'Épée criou tantos sinais, no afã de dotá-los de semelhanças com as palavras francesas, “que sua linguagem algumas vezes era tão desfigurada que se tornava incompreensível”.⁵

Assim, tal método conseguiu apenas tornar os surdos bons decodificadores, pois consistia, sobretudo, no exercício de ditar perguntas e respostas a partir dos

“sinais metódicos”, cabendo aos surdos decodificá-los em forma de registro escrito, o que não garantia a compreensão do que estava sendo decodificado, tampouco possibilitava a criação individual de novas sentenças, fossem elas em sinais ou em linguagem escrita.

Com a ampliação da educação de surdos e com o passar do tempo, divergências teórico-metodológicas quanto aos métodos utilizados pelos professores acabaram culminando no *I Congresso Mundial de Professores de Surdos*, congregando profissionais de diferentes países em Milão, na Itália, em 1880. Esse congresso foi organizado, patrocinado e conduzido principalmente por defensores do “oralismo” (princípio que busca desenvolver a fala dos surdos),⁵ que já haviam se empenhado, antes do congresso, em fazer prevalecer o método oral puro no ensino de surdos e contavam, para tanto, com o prestígio político e econômico de cientistas que defendiam o controle ou a proibição da LS na educação de surdos. Por fim, decidiu-se, em uma assembleia geral realizada no congresso (da qual os surdos foram proibidos de participar), pela adoção mundial do método oral puro, que consistia em treinar a fala e a audição, proibindo o uso das línguas de sinais.

Ressaltamos aqui a importância histórica do congresso de Milão, como ficou registrado esse evento na história, para a constituição identitária dos surdos. Ainda hoje, mais de um século depois, os desdobramentos desse congresso ainda são discutidos pelas comunidades surdas do mundo inteiro, pois ele pode ser caracterizado como um acontecimento que fez retroceder – e estagnar – em muito as conquistas dessa população.⁵

De maneira sucinta, pode-se dizer que tal retrocesso pode ser caracterizado pela conclusão a que chegaram os congressistas naquela ocasião: ficou decidido que, dali em diante, os surdos deveriam ser ensinados através da língua oral, de terapias que estimulassem o desenvolvimento da fala. A LS, vista naquela época ainda como uma linguagem artificial e desprovida de gramática, foi considerada como um possível empecilho ao desenvolvimento do surdo, sendo, portanto, proibida a sua utilização nos espaços

escolares. Durante quase um século (de 1880, data do congresso de Milão, a 1959, ano em que foi publicado o primeiro estudo científico sobre as línguas de sinais), o discurso dominante sobre a surdez centrou-se na tentativa de eliminar as diferenças, de abafar e inferiorizar a surdez, de proibir a LS e de buscar meios para o desenvolvimento da linguagem oral nos surdos, a partir de técnicas mecânicas e descontextualizadas de treino articulatorio.²

Esse quadro, contudo, já vinha dando sinais de fraqueza, tanto frente à resistência surda, que não aceitou a “mordaca” passivamente, quanto em relação aos baixos resultados obtidos pelos professores que, inclusive, começaram a fazer uso de outros métodos de comunicação, como, por exemplo, a chamada Comunicação Total (forma pela qual ficou conhecida a estratégia de comunicação com os surdos, que acabou se desdobrando em filosofia educacional, a partir da mescla de distintos sistemas semióticos, como desenhos, palavras, mímicas, sinais da LS, etc. O objetivo, nesse caso, seria o de fazer com que a comunicação se estabelecesse de maneira eficiente, sendo o código de veiculação um problema secundário). A partir de 1957, contudo, esse quadro mudaria drasticamente: o linguista Willian Stokoe¹⁰, da *Gallaudet College*, em *Washington*, lançou a hipótese de que a língua utilizada pelos surdos poderia ser uma língua genuína, natural, constituindo-se, portanto, como um instrumento linguístico propriamente dito.²

Assim, ao descrever linguístico-cientificamente a Língua de Sinais Americana (*American Sign Language - ASL*), o grupo de linguistas liderado por Stokoe chegou à conclusão de que o sistema de comunicação utilizado pelos surdos americanos era realmente “um sistema linguístico natural e articulado”.¹⁰ Foi a partir desses estudos que a LS passou a ser vista como “uma estrutura multiarticulada e multinivelada, com base nos mesmos princípios gerais de organização que podem ser encontrados em qualquer língua”.² A partir de então, a relação dos surdos com a linguagem começa a deixar de ser vista, definitivamente, como deficitária.

Pode-se dizer que, a partir da década de 1980, a língua de sinais passou finalmente a ser reconhecida,

pelo menos pelos pesquisadores da área, como a língua materna e natural da população surda, reservando-se à língua oral majoritária no país um estatuto de segunda língua.^{5,12}

Foi a partir dessa primeira conquista que outras puderam ser firmadas. Quando se compreendeu, de maneira definitiva, que os surdos não apresentavam desvantagem linguística em relação aos ouvintes, um novo olhar e um novo discurso sobre a surdez começaram, enfim, a ser constituídos, fazendo com que o espaço de atuação surda fosse ampliado socialmente.

Com base no que foi exposto, pode-se concluir que a história dos surdos, sobretudo de sua educação, é marcada pelo etnocentrismo e pela colonização dos surdos pelos ouvintes, com o devido apoio da tradição oralista, como afirma Skliar⁴, inspirado em Bhabha.¹³ Isso encobriu, por muito tempo, aspectos linguísticos (e culturais) próprios à surdez, por serem considerados “desvios”. Encobriu, sobretudo, a possibilidade de desenvolvimento do povo surdo, que tinha o seu espaço de atuação determinado e limitado pelo olhar restritivo que a eles era imputado.

Consensos teóricos e achados científicos

Na contemporaneidade, entre muitas divergências teóricas, alguns consensos puderam ser firmados. O mais importante deles determina que, no ser surdo, inexistente qualquer tipo de deficiência cognitiva ou linguística. Estudos realizados por Rocha *et al.* (2007)¹⁴ mostram que os circuitos neurais para as línguas de sinais funcionam de maneira semelhante ao processamento cerebral das línguas orais: o processamento das línguas sinalizadas também ocorre do lado esquerdo do cérebro. Estudos de natureza semelhante⁸, realizados no *The Salk Institut for Biological Studies*, na Califórnia, demonstram que, se, por um lado, todo sinal (elemento lexical das LSs) é um gesto, nem todo gesto é um sinal, uma vez que lesões no lado esquerdo do cérebro levam a diferentes graus de comprometimento sintático da LS, embora não se observe prejuízo em outros tipos de gestos, como os gestos não-linguísticos.

Nessa mesma esteira, determina-se ainda que a modalidade de língua “oral-auditiva” (línguas faladas) não é o modelo maior e supremo a partir do qual se pode articular um sistema de comunicação linguística. As pesquisas sobre as línguas de modalidade visual-espacial (línguas de sinais) têm demonstrado isso. Gerativistas como Noam Chomsky (1995)¹⁵, por exemplo, reconhecem as pesquisas sobre as línguas de sinais quando afirma que

o termo ‘articulatório’ é tão restrito que sugere que a faculdade da linguagem apresenta uma modalidade específica, com uma relação especial aos órgãos vocais. Os trabalhos nos últimos anos em línguas de sinais evidenciam que essa concepção é muito restritiva.¹⁵

É preciso que se esclareça, no entanto, que um *possível atraso* na aquisição e desenvolvimento da linguagem pode ocorrer devido exclusivamente a questões contextuais, não neurofisiológicas. Referimo-nos a casos extremos, ainda recorrentes em cidades pequenas e zonas rurais, em que a criança surda não é previamente exposta a um *input* linguístico apropriado (seja através da língua de sinais, seja através da língua oral, por meio de terapias fonoaudiológicas), não se encontrando, portanto, imersa em um ambiente social propício à aquisição da linguagem. Com a criança alheia à sinalidade e sem meios para atingir a língua dos pais, a força da natureza propicia, muitas vezes, a convenção de “sinais caseiros”, de caráter provisório, criados e veiculados no âmbito familiar. Em casos como esses, a aquisição de um sistema linguístico formal costuma ocorrer no início da fase escolar, quando a criança começa a ter contato com outras crianças surdas ou com o profissional fonoaudiólogo da escola.

O que existe, então, de fato, é uma real *diferença* (no sistema linguístico de comunicação, na aquisição da linguagem e nos modos de socialização) que acaba sendo (ou não) interpretada como deficiência.

Mas podemos pensar que a linguagem é, ao mesmo tempo, algo tão comum e tão complexo, que não conseguimos nos livrar dos ditames culturais e contextuais para pensar em uma língua de existência quase concreta, que se articula no espaço e se movimenta diante dos nossos olhos. Vale a pena, para esta reflexão, evocar o chamado pai da linguística moderna, Saussure, que, citando Whitney, relata:

É por acaso e por simples razões de comodidade que nos servimos do aparelho vocal como instrumento da língua; os homens poderiam também ter escolhido os gestos e empregar imagens visuais em lugar de imagens acústicas.¹⁶

Isso nos leva a pensar que os caminhos da evolução poderiam ter nos levado a outros meios de comunicação que não necessariamente a oral. Podemos pensar, por exemplo, nos primórdios da comunicação humana, quando os desenhos e os gestos fizeram parte da história da evolução dos sistemas de comunicação.

Não sendo mais a surdez vista como deficiência (ainda que se conserve essa ideia em alguns setores), o ser surdo^d passa a se alicerçar na diferença; diferença sobretudo linguística, mas calcada em questões culturais, identitárias e políticas.

Perspectivas atuais: culturas e identidades surdas

Atualmente, muitos são os autores^{3-4,17-18-19} que apresentam a surdez (muitas vezes, agora, com /s/ maiúsculo) como lugar de cultura e identidade específicas. A concepção socioantropológica da surdez na pós-modernidade define os surdos como pertencentes a uma comunidade linguística minoritária – ainda discriminada – que utiliza e compartilha uma língua visual e apresenta modos de socialização próprios, assim como costumes e hábitos culturais específicos, fundados na e pela surdez. Segundo esses autores, a experiência de vida estritamente *visual*, não-auditiva, funda uma forma outra de perceber a vida.

d O termo *ser surdo* tem sido utilizado por autores surdos, como Perlin (2003), como uma categoria que visa a substituir a gasta “surdez”, que estaria em uma esfera clínica, já estereotipada.

Isso pode ser expresso em esquemas perceptivos e interpretativos diversos “segundo os quais um grupo produz o discurso de sua relação com o mundo”¹⁹, relação essa que é perpassada pela escolha de vida entre os seus iguais, pelo uso da língua visual e até mesmo por hábitos linguísticos que se posicionam na fronteira entre a língua e a cultura.

Mas a noção de cultura surda não é unanimemente aceita. Autores como Skliar (1999)⁴ e Sá (2002)¹⁹ relatam o incômodo e a incompreensão de alguns diante dessa noção. Segundo os autores, aqueles que apresentam argumentos contrários a essa noção costumam se basear principalmente em uma concepção de *cultura universal* – noção definitivamente negada pelos Estudos Culturais, principal embasamento teórico daqueles que tomam os surdos como um grupo culturalmente específico.

Autores como Santana e Bergamo (2005)²⁰, por exemplo, buscam fragilizar o conceito de cultura surda, apresentando questionamentos que se voltam para a discussão acerca da real soberania da língua nas relações culturais (apenas a língua definiria a cultura?) ou para a cisão social entre surdos e não-surdos que costuma ser subentendida pelo conceito (existiria, assim, uma cultura ouvinte e outra surda, dividindo a civilização entre surdos e não-surdos?). Alegam ainda que tal conceito intenciona reordenar relações de poder, proporcionando poder social – para os surdos – e poder acadêmico – para os pesquisadores.

Para Sá (2002)¹⁹ e Skliar (1998),⁴ o que importa nessa querela não é apenas compreender as manifestações culturais específicas do povo surdo, face à cultura hegemônica, mas compreender também que a representação dessa cultura no imaginário social a toma como uma cultura patológica, como uma subcultura, uma vez que a *resistência* e a *diferença* não costumam ser interpretadas positivamente.

Pensando no extremo oposto, Chiella (2007)²¹ reflete sobre casos em que o tema da cultura acaba se tornando aliado na busca pela “verdade surda”. A autora demonstra preocupação diante do fato de a língua de sinais e a cultura surda estarem sendo banalizadas, desgastadas ou reduzidas uma à outra, na tentativa, por parte de alguns, de definir a “essência surda”. Atualmente, tem-se falado mais em “marcas surdas”, como o faz a própria Chiella, no intuito de demonstrar

marcas culturais que são constituídas nos espaços de vida surda.

O tema da cultura, nos Estudos Surdos, quase sempre aparece vinculado à problemática das identidades. O termo “identidades surdas” tem ganhado terreno sobretudo no espaço de interseção com a língua(gem), lugar onde ela se constrói por excelência. No dizer de Perlin (1999),³ “a identidade é algo em questão, em construção, uma construção móvel que pode frequentemente ser transformada ou estar em movimento, e que empurra o sujeito em diferentes posições”. De maneira bastante simplificada e bem genérica, poder-se-ia dizer que “identidade surda” diz respeito principalmente ao processo de reconhecimento e de identificação do surdo com os seus iguais; ao uso da língua de sinais e, para alguns, *ao direito de querer ser surdo*. Pode ser percebida, ainda, em algumas de suas facetas, através de práticas sociais específicas, como a resistência frente à presença hegemônica ouvinte ou o percurso de lutas do Movimento Surdo. Nas palavras da pesquisadora surda Gladis Perlin:

Se nos consideramos surdos, não significa que temos uma paranóia. Significa que estamos sendo o outro com nossa alteridade. Somos o surdo, o povo unânime reunido na auto-presença da língua de sinais, da linguagem que evoca uma diferença de outros povos, da cultura visual, do jeito de ser. Somos alteridades provadas pela experiência, alteridades outras. Somos surdos!²²

Inaugurando as pesquisas sobre “identidades surdas” no Brasil, a autora ressalta que, em diversos momentos, precisou contestar teorias sobre os surdos, cunhadas por sujeitos ouvintes, pelo simples fato de ela focalizar o seu universo (surdo) a partir de uma ótica interna. Para apresentar a concepção de sujeito surdo que alicerça suas pesquisas, diz ter sido necessário, inicialmente, lutar para se desprender das crenças que lhe ensinaram a assumir a respeito de si própria, particularmente as crenças propagadas pelo campo da medicina e da audiologia que, de maneira geral, tendem a ver a surdez como uma anomalia. A visão “normalizadora” sobre os surdos, segundo ela, não pode jamais fomentar discussões acerca da problemática da diferença, do sujeito e do poder. Aliás, revelam, sim, o “poder administrativo” do ouvinte sobre o surdo.

A forma mais presente desse poder, na visão de Skliar (1999),⁴ se dá através do *ouvintismo* como ideologia dominante. O ouvintismo é um reflexo das representações estereotipadas dos ouvintes sobre os surdos e a surdez. Pode ser visto como um dispositivo de controle disciplinar da sociedade, como “um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte”.⁴ As representações dos ouvintes sobre a surdez, de forma geral, refletem um posicionamento histórico que a enquadra no campo da doença. No caso dos surdos ouvintizados, estes passam a aceitar a estereotipia forjada para eles no senso comum. Essa ótica pode tornar-se, assim, avassaladora e destituidora de identidades.

O ouvintismo deriva de uma proximidade particular que se dá entre surdos e ouvintes, na qual o ouvinte está sempre em uma situação de superioridade³. A ideologia ouvintista é tão forte, segundo Perlin, que muitas vezes não permite ao surdo desenvolver uma identidade própria ou, no mínimo, uma consciência oposicional. É como se o surdo estivesse condenado a se considerar eternamente uma cópia imperfeita dos seres que ouvem.

Skliar (1999)⁴ chama a atenção para o fato de que o ouvintismo – ou o oralismo, sua forma institucionalizada – não deve ser compreendido somente como um conjunto de ideias e práticas simplesmente destinadas a fazer com que os surdos falem e sejam como os ouvintes. Os pressupostos que fundamentam e originam essas ideias precisam ser compreendidos como a base epistemológica que autoriza tais práticas. Para o autor, tais pressupostos podem ser: a) *linguístico-filosóficos*, quando tomam o oral como abstração e a gestualidade como concretude e obscuridade de pensamento; b) *religiosos*, quando se prioriza a confissão através da palavra vocalizada; c) *pseudocientíficos*, quando se afirma que a audição é imprescindível para o desenvolvimento humano;

d) *políticos*, demonstrados pela tentativa de controlar, ter sob domínio as minorias linguísticas ou sociais.

Voltando aos estudos sobre as identidades surdas, Perlin (1999)³ identifica, entre múltiplas categorias possíveis, cinco diferentes facetas de identidades que podem ser facilmente observadas nos sujeitos surdos. Em termos discursivos, poder-se-ia dizer que a construção das identidades surdas irá depender da relação que esses sujeitos mantêm com o *discurso de fundamentação ouvintista*^e, por um lado, e com o *discurso de fundamentação surda*, por outro.

Na surdez, tais identidades parecem constituir-se nos espaços fronteiros entre as culturas, as línguas e as comunidades surdas e ouvintes, podendo ser classificadas como: 1) *identidade surda* em si: aquela que se sobressai pela militância e consciência de definir-se politicamente diferente. É facilmente verificada em surdos filhos de pais surdos; 2) *identidade surda híbrida*: costuma ser atribuída a surdos que nasceram ouvintes e que, com o tempo, tornaram-se surdos. Apesar de a autora referir-se apenas a casos que, como o dela,^f foram em direção à formulação de uma identidade surda, é preciso ressaltar que o oposto também pode ocorrer, ou seja, existem aqueles que se voltam para a construção de identidades refletidas nos ouvintes; 3) *identidade surda de transição*: manifesta-se em surdos que viveram sob o domínio da cultura ouvinte, em geral, os surdos oralizados, mas que posteriormente foram inseridos na comunidade surda, passando pelo processo de “desouvintização” da representação da identidade; 4) *identidade surda incompleta*: verificada em indivíduos que vivem sob a dominação latente da ideologia ouvintista, negando as possibilidades de identidades surdas e considerando os ouvintes como o padrão a ser seguido; 5) *identidade surda flutuante*: apresenta-se onde os surdos vivem e se expressam a partir da hegemonia ouvinte (de forma consciente ou não), não demonstrando, no entanto, satisfação ou integração a nenhum dos seguimentos, nem o surdo, nem o ouvinte.⁵

e Categorias proposta pela autora em sua dissertação de mestrado. Trata-se de formações discursivas que polemizam entre si no espaço discursivo da surdez.

f A autora citada tornou-se surda aos treze anos.

Como podemos perceber, um “novo” discurso sobre a surdez começa a ser produzido pela academia e pelos próprios sujeitos. Apesar de ainda corrente e bem aceita em alguns seguimentos sociais, a concepção de surdez que deriva da abordagem clínico-terapêutica tem perdido espaço, uma vez que a abordagem linguístico-

antropológica tem mostrado melhores resultados socioeducacionais, psicocognitivos e afetivos aos seus adeptos. O quadro abaixo sintetiza como as diferentes abordagens tratam os principais temas envolvidos nessa discussão:

Quadro 1: Surdez como deficiência ou como diferença

Temas	Abordagem Clínico-terapêutica	Abordagem Linguístico-antropológica
Surdez	Deficiência: tratamento e reabilitação	Minoria linguística: identitária e cultural
Língua de Sinais	Fator acessório, metodológico	Constitui o sujeito e é a sua primeira língua
Educação	Modelo terapêutico (especial)	Desvinculada da Educação Especial
Língua portuguesa	Oral e escrita	Escrita (L2)
Cultura e Identidade	Silenciamento	Específicas e fundadas na e pela surdez
Reabilitação e terapia	Diminuem os efeitos da surdez	Silenciamento

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por séculos os surdos foram disciplinados a reconhecerem em si um mal orgânico que os colocava na linha da insuficiência perante os não-surdos. Esses eram os saberes difundidos como “verdadeiros” em uma época nem tão distante da nossa. Médicos, filósofos, educadores e familiares (re)produziam esse discurso e, aos surdos, em seus lugares de “mudos”^g, só restava aceitar.

Nas últimas décadas, no entanto, como vimos, os surdos têm sido deslocados do campo clínico para o campo linguístico e cultural, tanto no universo acadêmico, quanto nas práticas sociais. Na universidade, pode-se dizer que o interesse por questões relacionadas à surdez cresceu horizontalmente (quantitativamente), fazendo aumentar a incidência de pesquisas em diversas áreas, como a educação, a linguística, a psicologia e a sociologia, demonstrando, nesses espaços, crescimentos agora verticalizados (qualitativos).

Na prática social, o lugar de ocupação surda tem comprovado esse deslocamento teórico: os surdos têm se deslocado das APAEs e das Escolas Especiais para as escolas comuns; das poltronas das clínicas médicas, psicológicas e fonoaudiológicas para as cadeiras das universidades. Esse deslocamento parece acontecer em rede, ocasionando rupturas e realocações outras, reorganizando as relações de saber-poder dos surdos na sociedade e dos surdos consigo mesmos.

Todo esse cenário possibilita aos sujeitos uma tomada de consciência política e identitária – de si, da sua língua e comunidade – que favorece a construção de uma nova imagem de si e do micro e macro universo ao seu redor. Surdos não são – e já não se consideram – inferiores, desvantajosos ou menos capazes que os ouvintes. Não são – e já não se consideram – “anormais” ou “deficientes”. E preocupam-se com as relações de poder estabelecidas socialmente entre o seu grupo e o grupo dos não-surdos.

^g Cabe ressaltar que surdos não são mudos. Primeiramente por que os surdos falam, não a língua oral-auditiva, mas a sua, visual-espacial. Segundo porque, não existe na surdez, qualquer característica fisiológica que impeça a expressão oral.

As questões aqui apresentadas são apenas introdutórias aos Estudos Surdos e tiveram o intuito de redimir mitos e preconceitos sobre a surdez. Os estudos sobre questões surdas, assim como a vivência e a militância surda, alcançam espaços teóricos e sociais jamais imaginados há algumas décadas. E, desta história, ainda assistiremos a inúmeros capítulos, pois “é sempre na manutenção da censura que a escuta se exerce”, já dizia Foucault (2006, p. 13).²³

REFERÊNCIAS

1. RIBEIRO, M. C. M. A. *A escrita de si: discursos sobre o ser surdo e a surdez*. 2008. 207 f. (Dissertação – Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
2. LODI A.C.B. Plurilinguismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da educação de surdos. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n 3, p. 409-424, 2005.
3. PERLIN, G. T. T. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1999
4. SKLIAR, C. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
5. SOUZA. R. M. de. *Que palavra que te falta?* Linguística, educação e surdez: considerações epistemológicas a partir da surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
6. GUARINELLO, A.C.G. *O papel do outro no processo de construção de produções escritas por sujeitos surdos*. 2009 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Paraná, 2004.
7. LANE, H. *A Máscara da Benevolência*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
8. LACERDA, C. B. F. de. Um pouco da história da história de diferentes abordagens na educação de surdos. *Cadernos CEDES*, v.19, n.46. Campinas: UNICAMP, 1998.
9. SÁNCHEZ, C. M. *La educación de los sordos en un modelo bilingüe*: Mérida, Ickonia, 1990.
10. STOKOE, W. Clarence. *Sign Language Structure*. (Revised Ed. Printed in 1978), Silver Spring, MD: Linstok, 1960.
11. QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: ArtMed, 2004.
12. QUADROS, R. M. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. 1. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
13. BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
14. ROCHA, F. T. *et al. Libras: um estudo encefalográfico de sua funcionalidade cerebral*. Disponível em: www.enscer.com.br/pesquisas/artigos/libras/libras.html. Acesso em: 12 dez. 2007.
15. CHOMSKY, N. **The Minimalist Program**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
16. SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1995.
17. GESUELI, Z. M. Língua(gem) e identidade: a surdez em questão. *Educação e sociedade*, Campinas, SP, v. 27, n. 94, p. 277-292, 2006.
18. MOURA, M. C. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro, Revinter Editora, 2000.
19. SÁ, N. R. L. *Cultura, poder e educação de surdos*. Manaus: Ed. Universidade Federal do Amazonas, 2002.
20. SANTANA, A. P; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, v. 26, n. 91, p. 565-582, 2005.

21. CHIELA, V. E. *Marcas Surdas: escola, família, associação, comunidade e universidade constituindo cultura e diferença surda*. Dissertação de mestrado (Educação). São Leopoldo, Universidade Vale do Rio dos Sinos, 2007.
22. PERLIN, G. T. T. *O ser e o estar sendo surdo: alteridade, diferença e identidade*. 155 f. (Tese - Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
23. FOUCAULT, M. *Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga & Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.